



# AVISO IMPORTANTE:

**Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

## POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:  
<https://www.editorasolucao.com.br/>





# SME OSASCO- SP

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
DE OSASCO - SÃO PAULO

Professor Adjunto de  
Educação Básica I

**Nº 001/2025**

CÓD: SL-076ST-25  
7908433282846

## Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários) .....	9
2. Sinônimos e antônimos. sentido próprio e figurado das palavras .....	13
3. Pontuação .....	17
4. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção – emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem .....	24
5. Concordância verbal e nominal .....	33
6. Regência verbal e nominal .....	37
7. Colocação pronominal .....	41
8. Crase .....	41
9. Ortografia oficial .....	43
10. Acentuação gráfica .....	48
11. Sintaxe: processos de coordenação e subordinação .....	53

## Matemática

1. Situações-problema, envolvendo: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação ou radiciação com números racionais, nas suas representações fracionária ou decimal .....	65
2. Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum .....	66
3. Razão e proporção .....	68
4. Regra de três simples ou composta .....	69
5. Porcentagem .....	70
6. Equações do 1º ou do 2º grau .....	71
7. Sistema de equações do 1º grau .....	74
8. Grandezas e medidas – quantidade, tempo, comprimento, superfície, capacidade e massa .....	75
9. Relação entre grandezas – tabela ou gráfico .....	79
10. Tratamento da informação – média aritmética simples .....	82
11. Noções de geometria – forma, ângulos, área, perímetro, volume, teoremas de pitágoras ou de tales .....	83

## Conhecimentos Específicos Professor Adjunto de Educação Básica I

1. Dimensão pedagógica – currículo, planejamento e avaliação da aprendizagem .....	99
2. O cotidiano escolar e as teorias e metodologias didáticas .....	100
3. Avaliação no ensino fundamental .....	104
4. Educação integral .....	109
5. Dimensão do educando – aprendizagem e socialização .....	110
6. Concepções de desenvolvimento e aprendizagem .....	113
7. Infâncias e culturas infantis .....	119
8. Cultura digital .....	121
9. O conhecimento no ensino fundamental (anos iniciais) .....	122

10. Alfabetização e letramento.....	126
11. Educação matemática.....	127
12. Currículo, suas áreas de conhecimento e temas transversais do ensino fundamental.....	135
13. Dimensão social, organizacional e política da escola.....	138
14. Concepções de educação, de escola e sua função social.....	142
15. Educação para a democracia, direitos humanos e multiculturalidade na escola.....	143
16. Políticas de inclusão e educação especial.....	147
17. Educação de jovens e adultos (eja).....	152
18. Docência e identidade profissional.....	154
19. Legislação educacional.....	155

## Bibliografia

1. Alavarse, o.m. a organização do ensino fundamental em ciclos: algumas questões. revista brasileira de educação, rio de janeiro, v. 14, 2009.....	161
2. Barbosa, m.c.s. culturas escolares, culturas de infância e culturas familiares: as socializações e a escolarização no entretecer destas culturas. educação & sociedade, campinas, v. 28, n. 100 – especial, 2007.....	161
3. Benevides, m.v. educação para a democracia. lua nova – revista de cultura e política, são paulo, v. 38, 1996.....	161
4. Berbel, n.a.n. as metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. semina: ciências sociais e humanas, [s.l.], v. 32, n. 1, jan./jun. 2011.....	162
5. Boas, b.m.f.v., soares, e.r.m. (org.). avaliação das aprendizagens, para as aprendizagens e como aprendizagem: obra pedagógica do professor. 1. ed. campinas: papyrus, 2022.....	162
6. Brasil. crianças, adolescentes e telas: guia sobre usos de dispositivos digitais. Brasília: secom/pr, 2024.....	163
7. Buckingham, d. cultura digital, educação midiática e o lugar da escolarização. educação & realidade, n. 35, v. 3, 2010... ..	166
8. Candau, v. m. f. diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. currículo sem fronteiras, v. 11, n. 2, 2011.....	168
9. Carvalho, m.p. sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero. educação e pesquisa, são paulo, v. 29, n. 1, 2003....	170
10. Costa, r. l. s. neurociência e aprendizagem. revista brasileira de educação, v. 28, 2023.....	170
11. Ferreiro, e. reflexões sobre alfabetização. são paulo: cortez, 2010.....	172
12. Frade, i., Araújo, m., glória, j. multimodalidade na alfabetização: usos da leitura e da escrita digital por crianças em contexto escolar. revista brasileira de alfabetização, belo horizonte, v. 1, n. 8, jul./dez. 2018.....	173
13. Freire, p. pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 43. ed. são paulo: paz e terra, 2019.....	173
14. Jófili, z. piaget, vygotsky, freire e a construção do conhecimento na escola. educação: teorias e práticas, recife, v. 2, n. 2, dez. 2002.....	183
15. Libâneo, j.c. didática. 2. ed. são paulo: cortez, 2017.....	184
16. Libâneo, j.c. pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. educar, Curitiba, n. 17, 2001. p. 153-176.....	188
17. Mantoan, m. t. e. inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? são paulo: summus editorial, 2015.....	189
18. Nacarato, a. m., passos, c. l. b., mengali, b.l.s. a matemática nos anos iniciais do ensino fundamental: tecendo fios do ensinar e do aprender. 1. ed. são paulo: autêntica, 2019.....	190
19. Polonia, a.c., dessen, m.a. em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. psicologia escolar e educacional, v.9, n.2, 2005.....	191
20. Santana, e. m., silva, e. b. práticas pedagógicas e aprendizagem dos educandos da eja: problematizações contemporâneas. revista de estudos em educação e diversidade, v. 2, n. 3, 2021.....	191
21. Sasseron, l.h., carvalho, a.m.p. alfabetização científica: uma revisão bibliográfica. investigações em ensino de ciências, porto alegre, v. 16, n. 1, b, 2011.....	192

22. Silva, r. r. d. currículo, conhecimento e transmissão cultural: contribuições para uma teorização pedagógica contemporânea. cadernos de pesquisa, são paulo, v. 46, n. 159, 2016 .....	192
23. Soares, m. letramento e alfabetização: as muitas facetas. revista brasileira de educação, rio de janeiro, n. 25, 2004 .....	193
24. Sotero, e.c., pereira, i.d., santos, s.b. pedagogias negras: o antirracismo, o bem viver e a corporeidade. interação, goiânia, v. 46, n. 3, 2021 .....	193
25. Veiga, i.p. projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. in veiga, i. p. (org.). projeto políticopedagógico da escola: uma construção possível. campinas: papyrus, 1998. p.11-35 .....	194
26. Zanardi, t.a.c. educação integral, tempo integral e paulo freire: os desafios da articulação conhecimentotempo-território. revista e-curriculum, são paulo, v. 14, n. 1, 2016 .....	199

## Legislação Educacional

1. Constituição da república federativa do brasil. Brasília: planalto, 2018. capítulo ii, seção i (artigos 208 a 214) .....	203
2. Lei nº 8.069/1990. dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Brasília: planalto, 2018. artigos 1º ao 6º, 15 ao 18-b, 53 a 59 e 131 a 137 .....	206
3. Lei nº 9.394/1996. estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: planalto, 2018 .....	209
4. Base nacional comum curricular. introdução, estrutura da bncc e a etapa do ensino fundamental – anos iniciais. Brasília: mec, 201 .....	229
5. Parecer cne/seb nº 06/2010. diretrizes operacionais para a educação de jovens e adultos. eja. Brasília: cne, 2010 .....	242
6. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: see/mec, 2008 .....	258
7. Resolução cne/ceb nº 07/2010. diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 (nove) anos. Brasília: cne, 2010 .....	265
8. Resolução cne/cp nº 01/2004. diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnicoraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: mec, 2024 .....	273
9. Unesco. educação para os objetivos de desenvolvimento sustentável: objetivos de aprendizagem. Brasília: unesco, 2017 .....	274
10. Lei do município de osasco nº 4.701, de 02 de julho de 2015 – institui o plano municipal de educação e dá outras providências .....	277
11. Decreto do município de osasco nº 10.941, de 23 de janeiro de 2014 – dispõe sobre o regimento comum das unidades municipais de educação e dá outras providências.....	277

# LÍNGUA PORTUGUESA

## LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE TEXTOS (LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS)

### DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam **diferenças** claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

**Compreensão** refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

#### ► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

#### ► Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba

identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

### TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

#### ► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

#### Exemplos:

- Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.
- Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

#### ► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

#### Exemplos:

- Uma placa de trânsito que indica “pare” por meio de uma cor vermelha e um formato específico.
- As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.

- Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmitam sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

#### ► Linguagem Mista (ou Híbrida)

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

#### Exemplos:

- Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.
- Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.
- As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

#### ► Importância da Compreensão dos Tipos de Linguagem

Entender os tipos de linguagem é crucial para uma interpretação de textos eficaz, pois permite que o leitor reconheça como as mensagens são construídas e transmitidas. Em textos que utilizam apenas a linguagem verbal, a atenção deve estar voltada para o que está sendo dito e como as ideias são organizadas. Já em textos que empregam a linguagem não-verbal ou mista, o leitor deve ser capaz de identificar e interpretar símbolos, imagens e outros elementos visuais, integrando-os ao conteúdo verbal para chegar a uma interpretação completa.

Desenvolver a habilidade de identificar e interpretar os diferentes tipos de linguagem contribui para uma leitura mais crítica e aprofundada, algo essencial em provas que avaliam a competência em Língua Portuguesa. Essa habilidade é um diferencial importante para a compreensão do que está explicitamente escrito e para a interpretação das nuances que a linguagem não-verbal ou mista pode adicionar ao texto.

### INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um conceito fundamental para quem deseja compreender e interpretar textos de maneira aprofundada, especialmente em contextos de provas de

concursos públicos. Trata-se do diálogo que um texto estabelece com outros textos, ou seja, a intertextualidade ocorre quando um texto faz referência, de maneira explícita ou implícita, a outro texto já existente. Esse fenômeno é comum na literatura, na publicidade, no jornalismo e em diversos outros tipos de comunicação.

#### ► Definição de Intertextualidade

Intertextualidade é o processo pelo qual um texto se relaciona com outro, estabelecendo uma rede de significados que enriquece a interpretação. Ao fazer referência a outro texto, o autor cria um elo que pode servir para reforçar ideias, criticar, ironizar ou até prestar uma homenagem. Essa relação entre textos pode ocorrer de várias formas e em diferentes graus de intensidade, dependendo de como o autor escolhe incorporar ou dialogar com o texto de origem.

O conceito de intertextualidade sugere que nenhum texto é completamente original, pois todos se alimentam de outros textos e discursos que já existem, criando um jogo de influências, inspirações e referências. Portanto, a compreensão de um texto muitas vezes se amplia quando reconhecemos as conexões intertextuais que ele estabelece.

#### ► Tipos de Intertextualidade

A intertextualidade pode ocorrer de diferentes formas. Aqui estão os principais tipos que você deve conhecer:

- **Citação:** É a forma mais explícita de intertextualidade. Ocorre quando um autor incorpora, de forma literal, uma passagem de outro texto em sua obra, geralmente colocando a citação entre aspas ou destacando-a de alguma maneira.
- **Exemplo:** Em um artigo científico, ao citar um trecho de uma obra de um pesquisador renomado, o autor está utilizando a intertextualidade por meio da citação.

- **Paráfrase:** Trata-se da reescritura de um texto ou trecho de forma diferente, utilizando outras palavras, mas mantendo o mesmo conteúdo ou ideia central do original. A paráfrase respeita o sentido do texto base, mas o reinterpreta de forma nova.

- **Exemplo:** Um estudante que lê um poema de Carlos Drummond de Andrade e reescreve os versos com suas próprias palavras está fazendo uma paráfrase do texto original.

- **Paródia:** Nesse tipo de intertextualidade, o autor faz uso de um texto conhecido para criar um novo texto, mas com o objetivo de provocar humor, crítica ou ironia. A paródia modifica o texto original, subvertendo seu sentido ou adaptando-o a uma nova realidade.

- **Exemplo:** Uma música popular que é reescrita com uma nova letra para criticar um evento político recente é um caso de paródia.

- **Alusão:** A alusão é uma referência indireta a outro texto ou obra. Não é citada diretamente, mas há indícios claros que levam o leitor a perceber a relação com o texto original.

# MATEMÁTICA

**SITUAÇÕES-PROBLEMA, ENVOLVENDO: ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO, POTENCIAÇÃO OU RADICIAÇÃO COM NÚMEROS RACIONAIS, NAS SUAS REPRESENTAÇÕES FRACIONÁRIA OU DECIMAL**

A habilidade de resolver problemas matemáticos é aprimorada através da prática e do entendimento dos conceitos fundamentais. Neste contexto, a manipulação de números racionais, seja em forma fracionária ou decimal, mostra-se como um aspecto essencial. A familiaridade com essas representações numéricas e a capacidade de transitar entre elas são competências essenciais para a resolução de uma ampla gama de questões matemáticas. Vejamos alguns exemplos:

**01. (Câmara Municipal de São José dos Campos/SP – Analista Técnico Legislativo – Designer Gráfico – VUNESP)** Em um condomínio, a caixa d'água do bloco A contém 10 000 litros a mais de água do que a caixa d'água do bloco B. Foram transferidos 2 000 litros de água da caixa d'água do bloco A para a do bloco B, ficando o bloco A com o dobro de água armazenada em relação ao bloco B. Após a transferência, a diferença das reservas de água entre as caixas dos blocos A e B, em litros, vale

- (A) 4 000.
- (B) 4 500.
- (C) 5 000.
- (D) 5 500.
- (E) 6 000.

**Resolução:**

$$A = B + 10000 \quad (I)$$

$$\text{Transferidos: } A - 2000 = 2.B, \text{ ou seja, } A = 2.B + 2000 \quad (II)$$

Substituindo a equação (II) na equação (I), temos:

$$2.B + 2000 = B + 10000$$

$$2.B - B = 10000 - 2000$$

$$B = 8000 \text{ litros (no início)}$$

$$\text{Assim, } A = 8000 + 10000 = 18000 \text{ litros (no início)}$$

Portanto, após a transferência, fica:

$$A' = 18000 - 2000 = 16000 \text{ litros}$$

$$B' = 8000 + 2000 = 10000 \text{ litros}$$

Por fim, a diferença é de :  $16000 - 10000 = 6000$  litros

**Resposta: E.**

**02. (EBSERH/ HUSM/UFMS/RS – Analista Administrativo – AOC)** Uma revista perdeu  $1/5$  dos seus 200.000 leitores.

Quantos leitores essa revista perdeu?

- (A) 40.000.
- (B) 50.000.
- (C) 75.000.
- (D) 95.000.
- (E) 100.000.

**Resolução:**

Observe que os 200.000 leitores representa o todo, daí devemos encontrar  $1/5$  desses leitores, ou seja, encontrar  $1/5$  de 200.000.

$$1/5 \times 200.000 = \frac{1 \times 200.000}{5} = \frac{200.000}{5} = 40.000.$$

Desta forma, 40000 representa a quantidade que essa revista perdeu

**Resposta: A.**

**03. (PM/SP – Oficial Administrativo – VUNESP)** Uma pessoa está montando um quebra-cabeça que possui, no total, 512 peças. No 1.º dia foram montados  $5/16$  do número total de peças e, no 2.º dia foram montados  $3/8$  do número de peças restantes. O número de peças que ainda precisam ser montadas para finalizar o quebra-cabeça é:

- (A) 190.
- (B) 200.
- (C) 210.
- (D) 220.
- (E) 230.

**Resolução:**

Neste exercício temos que 512 é o total de peças, e queremos encontrar a parte, portanto é a mesma forma de resolução do exercício anterior:

No 1.º dia foram montados  $5/16$  do número total de peças Logo é  $5/16$  de 512, ou seja:

$$\frac{5}{16} \times 512 = \frac{5 \times 512}{16} = \frac{2560}{16} = 160$$

Assim, 160 representa a quantidade de peças que foram montadas no primeiro dia. Para o segundo dia teremos  $512 - 160 = 352$  peças restantes, então devemos encontrar  $3/8$  de 352, que foi a quantidade montada no segundo dia.

$$\frac{3}{8} \times 352 = \frac{3 \times 352}{8} = \frac{1056}{8} = 132$$

Logo, para encontrar quantas peças ainda precisam ser montadas iremos fazer a subtração  $352 - 132 = 220$ .

**Resposta: D.**

**04. (Prof. Maranguape/CE – Prof. de educação básica – Matemática – GR Consultoria e Assessoria)** João gastou R\$ 23,00, equivalente a terça parte de  $3/5$  de sua mesada. Desse modo, a metade do valor da mesada de João é igual a:

- (A) R\$ 57,50;
- (B) R\$ 115,00;
- (C) R\$ 172,50;
- (D) R\$ 68,50.

**Resolução:**

Vamos representar a mesada pela letra x.

Como ele gastou a terça parte (que seria 1/3) de 3/5 da mesada (que equivale a 23,00), podemos escrever da seguinte maneira:

$$\frac{1}{3} \cdot \frac{3}{5} x = \frac{x}{5} = 23 \rightarrow x = 23 \cdot 5 \rightarrow x = 115$$

Logo, a metade de 115 = 115/2 = 57,50

**Resposta: A.**

**05. (FINEP – Assistente – CESGRANRIO)** Certa praça tem 720 m<sup>2</sup> de área. Nessa praça será construído um chafariz que ocupará 600 dm<sup>2</sup>.

Que fração da área da praça será ocupada pelo chafariz?

- (A) 1/600
- (B) 1/120
- (C) 1/90
- (D) 1/60
- (E) 1/12

**Resolução:**

$$600 \text{ dm}^2 = 6 \text{ m}^2$$

$$\frac{6}{720} : \frac{6}{6} = \frac{1}{120}$$

**Resposta: B.**

**MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM E MÁXIMO DIVISOR COMUM**

**Máximo Divisor Comum**

O máximo divisor comum de dois ou mais números naturais não nulos é o maior divisor comum desses números. Esse conceito é útil em situações onde queremos dividir ou agrupar quantidades da maior forma possível, sem deixar restos.

Passos para Calcular o MDC:

- Identifique todos os fatores primos comuns entre os números.
- Se houver mais de um fator comum, multiplique-os, usando o menor expoente de cada fator.
- Se houver apenas um fator comum, esse fator será o próprio MDC.

**Exemplo 1: Calcule o MDC entre 15 e 24.**

Primeiro realizamos a decomposição em fatores primos

15	3	24	2
5	5	12	2
1		6	2
		3	3
		1	

então

$$15 = 3 \cdot 5$$

$$24 = 2^3 \cdot 3$$

O único fator comum entre eles é o 3, e ele aparece com o expoente 1 em ambos os números.

Portanto, o MDC(15,24) = 3

**Exemplo 2: Calcule o MDC entre 36 e 60**

Primeiro realizamos a decomposição em fatores primos

36	3	60	2
12	3	30	2
4	2	15	3
2	2	5	5
1		1	

então

$$36 = 2^2 \cdot 3^2$$

$$60 = 2^2 \cdot 3 \cdot 5$$

Os fatores comuns entre eles são 2 e 3. Para o fator 2, o menor expoente é 2 e para o fator 3, o menor expoente é 1.

Portanto, o MDC(36,60) = 2<sup>2</sup> · 3 = 4 · 3 = 12

**Exemplo 3: CEBRASPE - 2011**

O piso de uma sala retangular, medindo 3,52 m × 4,16 m, será revestido com ladrilhos quadrados, de mesma dimensão, inteiros, de forma que não fique espaço vazio entre ladrilhos vizinhos. Os ladrilhos serão escolhidos de modo que tenham a maior dimensão possível. Na situação apresentada, o lado do ladrilho deverá medir

- (A) mais de 30 cm.
- (B) menos de 15 cm.
- (C) mais de 15 cm e menos de 20 cm.
- (D) mais de 20 cm e menos de 25 cm.
- (E) mais de 25 cm e menos de 30 cm.

As respostas estão em centímetros, então vamos converter as dimensões dessa sala para centímetros:

$$3,52\text{m} = 3,52 \times 100 = 352\text{cm}$$

$$4,16\text{m} = 4,16 \times 100 = 416\text{cm}$$

Agora, para os ladrilhos quadrados se encaixarem perfeitamente nessa sala retangular, a medida do lado do ladrilho quadrado deverá ser um divisor comum de 352 e 416,

# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## Professor Adjunto de Educação Básica I

### DIMENSÃO PEDAGÓGICA – CURRÍCULO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A prática educativa é um processo intencional, dinâmico e complexo, que demanda não apenas conhecimento técnico-pedagógico, mas também uma compreensão crítica das estruturas que sustentam o trabalho docente. Nesse cenário, a dimensão pedagógica da educação se revela como o eixo central das ações escolares, sustentada por três pilares essenciais: o currículo, o planejamento e a avaliação da aprendizagem. Esses três elementos, quando articulados de forma coerente, permitem uma prática educativa significativa, contextualizada e voltada para o desenvolvimento integral dos estudantes.

#### **Currículo: Conceitos, Abordagens e Práticas**

O currículo é um dos principais elementos estruturantes do trabalho pedagógico, pois ele expressa as intenções educativas, os conteúdos escolares e as práticas sociais que a escola assume como relevantes. Em termos legais, o currículo é definido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) como o conjunto de conteúdos, métodos e critérios de avaliação a serem utilizados no processo de ensino-aprendizagem.

Sob uma perspectiva tradicional, o currículo era visto como um conjunto linear e normativo de conteúdos a serem transmitidos pelo professor. Entretanto, as abordagens críticas e pós-críticas superaram essa visão reducionista, ao defenderem que o currículo é também um campo de disputas políticas e culturais, no qual se define o que deve ser ensinado, para quem, como e com que finalidade. Nesse sentido, autores como Paulo Freire, Michael Apple e Tomaz Tadeu da Silva contribuíram para ampliar a compreensão do currículo como um instrumento político de inclusão ou exclusão.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implementada nos últimos anos, trouxe uma padronização dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento para todas as etapas da educação básica, articulando competências gerais e específicas. Ela é um exemplo de currículo oficial, que deve ser interpretado pelas redes e escolas de maneira contextualizada. Já o currículo real é aquele que efetivamente se concretiza nas salas de aula, e o currículo oculto refere-se aos valores, normas e comportamentos que são transmitidos de forma não intencional.

Portanto, compreender o currículo implica reconhecer sua dimensão técnica e política, sua função organizadora do conhecimento escolar e seu papel na formação cidadã dos sujeitos.

#### **Planejamento Educacional: Finalidade, Tipos e Estratégias**

O planejamento educacional é o instrumento pelo qual o professor organiza sua prática docente, garantindo intencionalidade e coerência às ações desenvolvidas no cotidiano escolar. Planejar é antecipar ações, prever caminhos, articular objetivos, conteúdos, metodologias e critérios de avaliação. O planejamento, portanto, está diretamente vinculado ao projeto político-pedagógico da escola e à proposta curricular adotada pela rede de ensino.

Existem diferentes níveis e tipos de planejamento: o planejamento de longo prazo (anual ou semestral), o de médio prazo (por unidade ou bimestre) e o de curto prazo (diário ou por aula). Cada um tem suas especificidades, mas todos devem estar articulados entre si e com os objetivos educacionais mais amplos.

Entre os princípios que devem nortear o planejamento destacam-se a flexibilidade, a contextualização, a interdisciplinaridade e a participação. Um planejamento eficaz não é rígido ou engessado, mas sim um documento vivo, que deve ser constantemente revisto, ajustado e reconstruído conforme as necessidades da turma, os imprevistos do processo educativo e os resultados obtidos nas avaliações.

Ademais, o planejamento deve partir do diagnóstico da realidade dos estudantes, suas condições socioculturais e seus estilos de aprendizagem. Ao fazê-lo, o docente assegura a equidade no processo de ensino, adaptando estratégias e recursos às diferentes necessidades presentes na sala de aula.

#### **Avaliação da Aprendizagem: Funções, Tipos e Princípios**

A avaliação é uma das dimensões mais complexas da prática pedagógica. Trata-se de um processo contínuo, sistemático e intencional, que visa compreender e acompanhar a evolução da aprendizagem dos estudantes. Sua finalidade não deve ser apenas classificatória ou punitiva, mas primordialmente formativa, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas docentes e para a melhoria da aprendizagem.

Entre os principais tipos de avaliação, destacam-se:

- **Avaliação diagnóstica:** realizada no início de um processo, serve para identificar os conhecimentos prévios dos alunos;
- **Avaliação formativa:** ocorre durante o processo de ensino, com o objetivo de orientar o estudante e o professor sobre os avanços e dificuldades;
- **Avaliação somativa:** realizada ao final de uma etapa, busca verificar se os objetivos de aprendizagem foram alcançados.

Para que a avaliação cumpra seu papel pedagógico, ela deve estar articulada ao planejamento e ao currículo. Além disso, os instrumentos avaliativos devem ser variados, contextualizados

e coerentes com os objetivos propostos. Avaliar não é apenas aplicar provas, mas também utilizar portfólios, autoavaliações, projetos, rodas de conversa, entre outros recursos.

A avaliação deve, ainda, respeitar os princípios da equidade, da transparência e da justiça. A prática avaliativa excludente, centrada na memorização ou na padronização excessiva, compromete a qualidade do ensino e o direito de aprender dos estudantes.

#### **Integração Currículo–Planejamento–Avaliação: Coerência e Qualidade**

A eficácia do trabalho pedagógico depende, em grande medida, da articulação coerente entre o currículo, o planejamento e a avaliação. Esses três elementos formam um sistema integrado: o currículo define o que ensinar, o planejamento organiza como ensinar e a avaliação verifica como e o quanto se aprendeu. Quando essa tríade está desconectada, a prática pedagógica se torna fragmentada, incoerente e ineficaz.

A integração entre esses elementos exige que os objetivos de aprendizagem estejam claramente definidos, que as estratégias pedagógicas sejam condizentes com tais objetivos e que os instrumentos de avaliação realmente capturem o desenvolvimento das competências pretendidas. Essa coerência interna fortalece a intencionalidade da prática educativa e amplia as possibilidades de sucesso escolar dos alunos.

Além disso, essa articulação favorece a construção de uma escola democrática e inclusiva, na qual todos os sujeitos têm oportunidade de aprender, participar e se desenvolver. O professor, como mediador desse processo, deve agir de forma reflexiva, ética e comprometida com a aprendizagem de todos.

#### **Prática Pedagógica com Intencionalidade e Reflexão**

Compreender e aplicar os princípios do currículo, do planejamento e da avaliação da aprendizagem é condição indispensável para o exercício de uma prática pedagógica efetiva e transformadora. Esses três pilares da dimensão pedagógica não devem ser tratados de forma isolada, mas sim como partes de um mesmo processo formativo, voltado para a construção de uma educação de qualidade social.

Para os candidatos de concursos públicos, o domínio desses conteúdos exige não apenas memorização de definições, mas sobretudo compreensão crítica e capacidade de análise prática. As bancas examinadoras valorizam cada vez mais questões situacionais, que exigem do candidato a leitura contextualizada dos fundamentos legais e teóricos que embasam a prática educativa.

É importante lembrar que uma prática pedagógica de qualidade pressupõe formação continuada, reflexão crítica, compromisso ético e sensibilidade às diferenças. Currículo, planejamento e avaliação não são meras ferramentas técnicas, mas dispositivos políticos que contribuem para a emancipação dos sujeitos e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Assim, cabe ao educador — e ao candidato que almeja atuar no serviço público educacional — apropriar-se desses instrumentos com intencionalidade, criticidade e competência, reafirmando o papel da escola como espaço de aprendizagem, cidadania e transformação social.

### **O COTIDIANO ESCOLAR E AS TEORIAS E METODOLOGIAS DIDÁTICAS**

#### **Conceitos e estratégias dos processos de ensino e de aprendizagem**

As tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) dissolveram fronteiras entre os espaços virtual e físico, criando espaços híbridos de conexões. Nestes, surgem novas formas de ensinar e aprender, sustentadas por uma diversidade de tecnologias e de suas ferramentas e linguagens midiáticas, que possibilitam a interação e a atuação do aluno como protagonista e autor de conteúdos, estabelecendo assim novas relações com a aprendizagem e a construção do conhecimento. Nesse contexto, surgem também novas concepções didáticas e estratégias de ensino–aprendizagem que valorizam metodologias mais ativas e superam abordagens educacionais centradas na fala do professor, na leitura de livros e na passividade do estudante.

#### **Concepções didáticas**

A reinvenção da educação é um assunto bastante discutido, assim como novas concepções de aprendizagem, trazidas especialmente pelo cenário das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs). No entanto, o cenário contemporâneo foi impulsionado por movimentos educacionais de grande importância histórica.

Experiência com metodologias ativas em sala de aula, desde a educação básica até o ensino superior, se caracteriza pela inter-relação entre educação, cultura, sociedade, política e escola, sendo desenvolvida por meio de métodos ativos e criativos, centrados na atividade do aluno com a intenção de propiciar a aprendizagem.

Por mais que haja relação entre metodologias ativas e tecnologias digitais, essa concepção é anterior ao advento das TDICs. O aluno como ser ativo faz parte da concepção pedagógica do movimento denominado Escola Nova, que foi um divisor em relação às metodologias tradicionais.

A Escola Nova representou uma alteração marcante em abordagens que colocavam o aluno em posição passiva no processo de ensino e aprendizagem: o aprendizado costumava ser centralizado na figura do professor e a escola focava no ensino. A proposta desse movimento se contrapõe ao ensino tradicional, pois coloca o aluno no centro do processo, enfatizando a necessidade de seu protagonismo durante a aprendizagem.

No final do século XIX, o questionamento da tradição pedagógica começa a ganhar destaque, ressaltando e privilegiando a atividade do aluno, compreendida como mola propulsora da aprendizagem. O Quadro abaixo demonstra as principais diferenças entre a didática tradicional e a Escola Nova.

# BIBLIOGRAFIA

**ALAVARSE, O.M. A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM CICLOS: ALGUMAS QUESTÕES. REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, RIO DE JANEIRO, V. 14, 2009**

O artigo “A organização do ensino fundamental em ciclos: algumas questões”, escrito por Ocimar Munhoz Alavarse e publicado na Revista Brasileira de Educação em 2009, aborda a temática da organização do ensino fundamental em ciclos.

O autor inicia o texto apresentando a origem do ciclo no Brasil, destacando sua proposta de superar a reprovação e a exclusão escolar, além de promover uma educação mais significativa e integrada. Em seguida, o autor analisa algumas questões referentes à implementação do ciclo, como a formação de professores, a organização curricular e a avaliação.

Alavarse aponta que a formação de professores é fundamental para a efetivação do ciclo, pois é necessário um novo olhar sobre a prática pedagógica, que leve em consideração as diferentes fases de desenvolvimento das crianças e adolescentes. A organização curricular também é uma questão relevante, pois é necessário um planejamento que contemple a integração entre as áreas do conhecimento e a diversidade cultural dos alunos.

Em relação à avaliação, o autor destaca que o ciclo propõe uma avaliação formativa, que visa acompanhar o desenvolvimento dos alunos ao longo do processo educativo. No entanto, essa proposta ainda enfrenta desafios, como a falta de clareza dos critérios avaliativos e a resistência de alguns professores em abandonar a lógica da reprovação.

Em suma, o artigo de Alavarse traz importantes reflexões sobre a organização do ensino fundamental em ciclos, destacando a importância da formação de professores, da organização curricular e da avaliação formativa para a efetivação dessa proposta educacional.

**BARBOSA, M.C.S. CULTURAS ESCOLARES, CULTURAS DE INFÂNCIA E CULTURAS FAMILIARES: AS SOCIALIZAÇÕES E A ESCOLARIZAÇÃO NO ENTRETECER DESTAS CULTURAS. EDUCAÇÃO & SOCIEDADE, CAMPINAS, V. 28, N. 100 – ESPECIAL, 2007**

O artigo “Culturas escolares, culturas de infância e culturas familiares: as socializações e a escolarização no entretecer destas culturas”, de Maria Carmen Silveira Barbosa, publicado na revista Educação & Sociedade em 2007, discute a relação entre as culturas escolares, as culturas de infância e as culturas familiares no processo de socialização e escolarização das crianças.

A autora aponta que cada cultura possui suas próprias normas, valores e práticas que são transmitidos às crianças desde a infância e que influenciam o modo como elas se comportam e se relacionam no ambiente escolar. Barbosa também destaca a importância da escola em reconhecer e valorizar as culturas infantis e familiares, além de criar espaços de diálogo entre elas e a cultura escolar.

O artigo apresenta exemplos de como as diferentes culturas podem entrar em conflito no contexto escolar, como a falta de compreensão por parte dos professores em relação às práticas culturais das crianças, o que pode levar à exclusão e ao fracasso escolar. A autora enfatiza a necessidade de se construir uma escola mais inclusiva e democrática, que valorize e respeite as diferentes culturas presentes na sociedade.

**BENEVIDES, M.V. EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA. LUA NOVA – REVISTA DE CULTURA E POLÍTICA, SÃO PAULO, V. 38, 1996**

No artigo Educação para a Democracia, publicado na revista Lua Nova em 1996, Maria Victoria Benevides traça um dos mais importantes vínculos entre educação e política ao defender que a democracia não se sustenta sem sujeitos politicamente formados, e que essa formação deve ser tarefa prioritária da escola pública. A autora parte do pressuposto de que, para que a democracia seja mais do que uma formalidade institucional — ou seja, para que ela se realize como prática social, cultural e política cotidiana — é imprescindível a constituição de cidadãos críticos, conscientes, participativos e comprometidos com os valores democráticos. E isso só é possível, segundo ela, com uma educação voltada à democracia — não apenas no conteúdo dos currículos, mas no modo como a escola se organiza e se relaciona com seus sujeitos.

A análise de Benevides é histórica, crítica e politicamente engajada. Ela recorda que a tradição autoritária brasileira — marcada por desigualdades estruturais, centralização do poder e exclusão social — não permitiu a construção de uma cultura política democrática sólida. A democracia brasileira, ainda jovem e vulnerável, depende de instituições que formem cidadãos. Nesse sentido, a escola ocupa lugar estratégico: ela não apenas reproduz conteúdos, mas forja sujeitos, constrói valores, define comportamentos e projeta futuros. A escola pública, como espaço coletivo de formação, deve se comprometer com a construção de um ethos democrático, capaz de transformar o convívio social, ampliar a consciência política e consolidar práticas de cidadania ativa.

A autora enfatiza que educar para a democracia não se resume a ensinar o funcionamento das instituições políticas ou a história das lutas democráticas. Trata-se de vivenciar, no interior

da escola, os princípios da liberdade, da igualdade, da participação e da justiça. Isso exige uma mudança profunda na organização da escola: é necessário superar práticas autoritárias, abrir espaços para o diálogo, democratizar as decisões pedagógicas, valorizar a diversidade de vozes e reconhecer os estudantes como sujeitos de direitos. A escola democrática é aquela em que a democracia é vivida, praticada e constantemente reconstruída. O discurso democrático precisa encontrar coerência nas práticas escolares — do modo como se organiza a sala de aula à forma como se elaboram os projetos institucionais.

Outro ponto central do artigo é a defesa da formação política como parte indissociável da formação cidadã. Benevides alerta para o risco de uma educação que neutraliza o debate político, que reduz a cidadania à obediência legal ou à moral individualizada. A cidadania, na perspectiva da autora, não é apenas o cumprimento de deveres e o exercício de direitos, mas a participação ativa nos destinos coletivos. É por isso que a política deve ser ensinada, debatida e vivida nas escolas — não como doutrinação, mas como exercício de liberdade, de pensamento crítico e de engajamento com as grandes questões sociais. A omissão política, nesse contexto, é também uma forma de alienação. A escola que se cala diante das injustiças ou que se omite diante da diversidade é uma escola que trai sua função social.

Para Benevides, a educação para a democracia só será possível em uma escola pública de qualidade, laica, gratuita, universal e comprometida com a justiça social. A educação democrática exige condições concretas: professores valorizados, currículo crítico, gestão participativa, espaços de convivência respeitosa e pluralismo de ideias. A precarização da escola pública, ao contrário, compromete a formação cidadã e alimenta o ciclo de exclusão política e social. Por isso, o artigo não apenas propõe práticas pedagógicas, mas também assume um posicionamento político claro: a defesa intransigente da escola pública como instrumento de emancipação e como território de afirmação dos direitos humanos.

Nesse contexto, a autora insere o papel do professor como mediador cultural, agente político e formador de consciências. O professor não pode ser reduzido a executor de conteúdos; ele deve ser sujeito de um projeto pedagógico emancipador, capaz de transformar a escola em espaço de diálogo, de resistência e de produção de novas formas de viver a democracia. A formação docente, por sua vez, deve incorporar a dimensão política da prática pedagógica, preparando os educadores para lidar com os conflitos, promover o pensamento crítico e sustentar valores éticos em sua atuação. O professor é, para Benevides, uma das figuras centrais na travessia entre uma democracia formal e uma democracia substantiva.

O artigo também fornece aportes essenciais para os concursos públicos voltados à área educacional, especialmente nos temas de educação cidadã, gestão democrática, currículo crítico e direitos humanos. Além de trazer fundamentos políticos e teóricos robustos, a obra dialoga com os marcos legais da educação brasileira — como a Constituição de 1988, a LDB (Lei nº 9.394/96), o Plano Nacional de Educação e os princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A valorização da cidadania, da equidade e da pluralidade, por exemplo, são diretrizes fundamentais desses documentos e estão diretamente conectadas às ideias defendidas por Benevides.

Em suma, Educação para a Democracia é um manifesto pedagógico e político em defesa de uma escola viva, ética e transformadora. Maria Victoria Benevides nos convida a compreender a educação como prática de liberdade e a escola como lugar de produção de sujeitos políticos. Em tempos de crises democráticas, de intolerância e de ameaças aos direitos fundamentais, seu texto permanece atual e necessário, convocando os educadores a assumirem seu papel na construção de uma sociedade mais justa, plural e verdadeiramente democrática.

**BERBEL, N.A.N. AS METODOLOGIAS ATIVAS E A PROMOÇÃO DA AUTONOMIA DE ESTUDANTES. SEMINA: CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS, [S.L.], V. 32, N. 1, JAN./JUN. 2011**

O artigo de Neusi Aparecida Navas Berbel, intitulado “As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes”, discute a importância das metodologias ativas no processo de ensino e aprendizagem. Segundo a autora, o modelo tradicional de ensino, baseado na transmissão de informações pelo professor e na reprodução pelos alunos, não é eficaz para promover a autonomia dos estudantes e torná-los participantes ativos no processo de aprendizagem.

A autora apresenta as principais características das metodologias ativas, tais como a valorização da participação dos estudantes, a resolução de problemas, a aprendizagem por projetos e a utilização de tecnologias educacionais. Segundo Berbel, essas metodologias favorecem a construção do conhecimento pelos estudantes, além de desenvolver habilidades como a comunicação, o trabalho em equipe, a criatividade e a tomada de decisões.

A autora destaca ainda a importância do papel do professor como mediador no processo de aprendizagem, orientando e incentivando os estudantes a se tornarem protagonistas de seu próprio processo educacional. Berbel conclui que as metodologias ativas são fundamentais para promover a autonomia dos estudantes, tornando-os capazes de construir seu próprio conhecimento e se prepararem para enfrentar os desafios da vida adulta.

**BOAS, B.M.F.V., SOARES, E.R.M. (ORG.). AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS, PARA AS APRENDIZAGENS E COMO APRENDIZAGEM: OBRA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR. 1. ED. CAMPINAS: PAPIRUS, 2022**

O livro “Avaliação das Aprendizagens, para as Aprendizagens e como Aprendizagem: Obra Pedagógica do Gestor”, escrito por Benigna Villas Boas e Enívia R. Morato Soares, foi publicado em 2022 pela editora Papyrus. Nesta obra, as autoras abordam a temática da avaliação no contexto educacional, com foco na atuação do gestor escolar.

O livro oferece uma visão abrangente sobre a avaliação como ferramenta pedagógica, apresentando diferentes perspectivas e abordagens. As autoras destacam a importância da avaliação

# LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. BRASÍLIA: PLANALTO, 2018. CAPÍTULO II, SEÇÃO I (ARTIGOS 208 A 214)**

## Educação, Cultura e Desporto

### ▪ Educação

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

### ▪ Organização dos Sistemas de Ensino

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

ENTE FEDERADO	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)
União	Ensino superior e técnico
Estados e DF	Ensino fundamental e médio
Municípios	Educação infantil e ensino fundamental

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGGdrc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b>

## CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

### Seção I DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático - científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§2º O disposto neste artigo aplica - se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré - escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§2º O não - oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer - lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

- I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;
- II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão ação redistributiva em relação a suas escolas.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§7º O padrão mínimo de qualidade de que trata o §1º deste artigo considerará as condições adequadas de oferta e terá como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ), pactuados em

regime de colaboração na forma disposta em lei complementar, conforme o parágrafo único do art. 23 desta Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§2º Para efeito do cumprimento do disposto no “caput” deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário - educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)(Vide Decreto nº 6.003, de 2006)

§6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário - educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§7º É vedado o uso dos recursos referidos no caput e nos §§5º e 6º deste artigo para pagamento de aposentadorias e de pensões.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§8º Na hipótese de extinção ou de substituição de impostos, serão redefinidos os percentuais referidos no caput deste artigo e no inciso II do caput do art. 212 - A, de modo que resultem recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, bem como os recursos subvinculados aos fundos de que trata o art. 212 - A desta Constituição, em aplicações equivalentes às anteriormente praticadas.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§9º A lei disporá sobre normas de fiscalização, de avaliação e de controle das despesas com educação nas esferas estadual, distrital e municipal.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212 - A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições:(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020) Regulamento

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito